



DECRETO Nº 2.639 DE 31 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO COVID-19 (CORONAVÍRUS) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPIRACA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso IX do art. 51 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, na qual declara emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – ESPIN emitida pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do novo coronavírus;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Estadual n. 69.577, de 28 de março de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19 (Coronavírus) no âmbito do Estado de Alagoas, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados por mais 15 (quinze) dias os prazos previstos no art. 6º, caput, e art. 8º, incisos III, IV e V, do Decreto Municipal n. 2.636, de 17 de março de 2020.

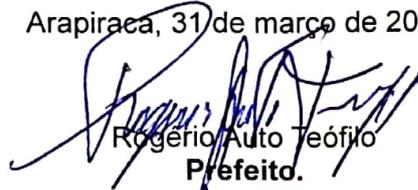
Art. 2º Revogam-se as disposições contidas no § 2º, do art. 7º, do Decreto Municipal n. 2.636, de 17 de março de 2020, em virtude das previsões do Decreto Estadual n. 69.577, de 28 de março de 2020.

Rogério Neto Teófilo
Prefeito



Art. 3º Este Decreto entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Arapiraca, 31 de março de 2020.

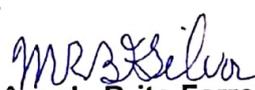


Rogério Auto Teófilo
Prefeito.



Antonio Lenine Pereira Filho
Secretário Municipal de Gestão Pública.

Este Decreto foi publicado e registrado no Quadro de Avisos do Centro Administrativo Antônio Rocha, nos termos do Art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei Orgânica do Município, aos 31 dias do mês de março do ano de 2020.



Maria Rosângela Brito Ferreira Silva,
Coordenadora Especial de Atos e Registros Administrativos



DECRETO Nº 2.640 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS
EMERGENCIAIS NO ÂMBITO
TRIBUTÁRIO EM FACE DE PANDEMIA
DO NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, no uso das atribuições que lhe são outorgadas pelo art. 51, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a imposição do isolamento social para evitar a proliferação do COVID-19;

CONSIDERANDO que o isolamento social trará graves consequências a economia local;

CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal tem o dever de buscar mecanismos que protejam os empresários visando garantir os empregos de seus munícipes;

Visando a mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia decorrente do COVID-19 em Arapiraca, zelando pelos cidadãos e por aqueles que empreendem em nossa cidade, sem perder de vista a qualidade na prestação dos serviços públicos e a proteção do interesse público.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece medidas tributárias emergenciais impositivas a todos os setores da Prefeitura de Arapiraca e aos contribuintes, de modo a reduzir os impactos econômicos da pandemia do novo Coronavírus.

Art. 2º Ficam suspensos por 60 (sessenta dias) dias, os prazos previstos na legislação tributária para os processos administrativos tributários.

Parágrafo único: Ficam prorrogados os prazos de validades das Certidões de Regularidade Fiscal emitidas por processamento eletrônico, pelo prazo de 60 (sessenta dias) dias a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º Ficam alteradas as datas de vencimentos para o pagamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e da Taxa de Coleta, Transporte e/ou Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos, para os seguintes vencimentos:

Parcelas	Data de Vencimento
Cota única e 1ª	30.06.2020
2ª	31.07.2020
3ª	31.08.2020
4ª	30.09.2020
5ª	30.10.2020

Rogério Auto Teófilo
Prefeito



§ 1º A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, devida pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis não edificados no Município de Arapiraca, lançada anualmente em conjunto com o IPTU, terá os mesmos vencimentos prorrogados conforme o *caput*.

Art. 4º Fica totalmente suspensa a cobrança de juros ou multa de mora sobre os créditos tributários vencidos, vincendos ou lançados a partir de 31/03/2020, inclusive parcelas de parcelamentos, pelos próximos 60 (sessenta dias), dos tributos abaixo relacionados:

- a) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de Autônomos
- b) Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS;
- d) Taxa de Licença para Localização - TLL;
- e) Taxa de Fiscalização de Licença para Funcionamento – TFLF;
- f) Taxa de Licença para Execução de Obras, Loteamentos e “Habite-se”;
- g) Taxa de Licença para Exploração dos Meios de Publicidade;
- h) Taxa de Licença para o Exercício do Comércio ou Atividade Econômica Eventual ou Ambulante;
- i) Taxa de Licença Ambiental;
- j) Taxa de Vigilância Sanitária;
- k) Demais taxas de expediente e serviços diversos.

Parágrafo único. Parcelamentos feitos a partir da publicação deste decreto deverão prever a primeira parcela com vencimento somente a partir de 30 de maio de 2020.

Art. 5º Ficam suspensas pelo prazo de 60 (sessenta) dias as fiscalizações externas da auditoria da Fazenda Municipal em andamento, assim como a emissão de novos termos de início de fiscalização.

§1º A suspensão de que trata o *caput* abrange os processos de Fiscalização Orientadora de Escolas, Academias e Hotéis;

§2º A critério da Administração Tributária poderá abrir ou dá continuidade a Fiscalização já iniciada, desde que haja elementos que justifiquem a fiscalização.

Art. 6º Fica suspenso, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o envio de Certidões de Dívida Ativa - CDAs para protesto.

Art. 7º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de serviços não prestados a Substitutos Tributários, apurado no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D) e no Programa Gerador do DAS para o MEI (PGMEI) ficam prorrogados da seguinte forma:

I - o Período de Apuração Março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, fica com vencimento para 20 de julho de 2020;

II - o Período de Apuração Abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, fica com vencimento para 20 de agosto de 2020; e,

III - o Período de Apuração Maio de 2020, com vencimento original em 22 de junho de 2020, fica com vencimento para 20 de setembro de 2020.

Art. 8º Para fins de ingresso ou reingresso no SIMPLES NACIONAL2020, os contribuintes



que apresentem pendência cadastral ou débito tributário junto à Fazenda Municipal, inclusive relativo a filiais, e estejam com sua situação fiscal regularizada até o dia 30 de abril de 2020, terão seus termos de opção devidamente deferidos, por meio de Processo Administrativo que poderá ser aberto por atendimento online através do WhatsApp: (82) 9.9991-1473/(82)9.9991-3987. A solicitação deverá ser apresentada até o dia 15.05.2020.

Art. 9. O Secretário Municipal da Fazenda baixará os atos eventualmente necessários à aplicação deste Decreto.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arapiraca, 06 de abril de 2020.



Rogério Aulo Teófilo
Prefeito.



Antonio Lenine Pereira Filho
Secretário Municipal de Gestão Pública.

Este Decreto foi publicado e registrado no Quadro de Avisos do Centro Administrativo Antônio Rocha, nos termos do Art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Lei Orgânica do Município, aos 06 dias do mês de abril do ano de 2020.



Maria Rosângela Brito Ferreira Silva,
Coordenadora Especial de Atos e Registros Administrativos.